

AGRICULTURA FAMILIAR: via única para o desenvolvimento rural?

Debate ou discussão em teoria social

Grupo de Trabalho Nº 5 - Desenvolvimento rural, Globalização e crises

Nicolau de Lima Bussons¹

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo, a realização de uma discussão teórica de como a agricultura familiar tem conseguido se afirmar conceitualmente no debate sobre o desenvolvimento rural no Brasil. A pesquisa, recorreu ao arcabouço teórico que fundamenta o debate sobre a agricultura familiar, sobretudo enquanto desdobramento do que se convencionou chamar de “questão agrária”. No exercício realizado, observou-se que o consenso assumido pelos teóricos que estudam a temática da agricultura familiar tem provocado o empobrecimento deste debate, cerceando a retomada de uma discussão que apresenta forte conotação ideológica. Neste sentido, concluiu-se que, o respaldo alcançado pela expressão agricultura familiar no espaço agrário brasileiro apresenta restrições a outros conceitos que são relevantes ao debate realizado sobre o desenvolvimento rural do país.

Palavras-chave: agricultura familiar, questão agrária, desenvolvimento rural.

1. INTRODUÇÃO

Na última década, a noção “agricultura familiar” tem sido recorrentemente mencionada nas políticas públicas que aludem à diversidade de enfoques, ao desenvolvimento rural, à busca de equidade e redução das desigualdades, e ao processo de democratização nos mais distintos recantos do país. Nas universidades, a expressão também se destacou entre os pesquisadores que investigam o mundo rural. Entretanto, até se tornar um objeto privilegiado de estudo, esta forma de organização do trabalho e da produção teve sua importância relegada tanto no âmbito da academia quanto na esfera governamental.

A visibilidade conquistada, presentemente, pela agricultura familiar teve o mérito de introduzir no debate acadêmico e político esta categoria que, até muito recentemente, nem mesmo era vista como objeto pertinente de análise. Porém, como uma “unanimidade perigosa”, esta noção passou a tomar conta das análises realizadas sobre o mundo rural brasileiro, solapando outras noções igualmente importantes para a cena rural deste país. Em consequência, observam-se nos últimos anos, certas distorções na filosofia que acompanha a condução das políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil, com destaque para as intervenções que orientam as ações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (PRONAF).

Algumas destas interpretações analisam o porquê da agricultura familiar ter assumido papel de destaque nos estudos sobre as dinâmicas do espaço rural brasileiro. Neste debate, alguns estudos argumentam que o emprego da terminologia agricultura familiar no Brasil assumiu um caráter eminentemente ideológico ao tentar excluir do debate a perspectiva da luta de classes existente no campo brasileiro.

Por outro lado, existe uma vertente identificada com a tese de que, o fortalecimento da agricultura familiar no país ocorreu em resposta às desastrosas consequências do processo de

¹ Professor da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA); Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sistema de Produção Agrícola Familiar-SPAF da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

modernização da agricultura (Graziano da Silva, 1982), utilizando como referencial as experiências ditas exitosas dos países desenvolvidos, sobretudo dos que compõem a atual União Europeia.

A partir deste contexto, este trabalho realizou uma discussão teórica de como a agricultura familiar tem conseguido se afirmar conceitualmente no debate sobre o desenvolvimento rural no Brasil.

2. OS CLÁSSICOS DA QUESTÃO AGRÁRIA

O entendimento daquilo que se convencionou chamar de questão agrária é extremamente importante para a compreensão das discussões teóricas que fundamentam o debate sobre o lugar da agricultura familiar na sociedade contemporânea. Neste sentido, nesta etapa do trabalho registrou-se a contribuição dos autores clássicos da questão agrária.

A revisão de literatura sobre o mundo rural revela uma diversidade de contribuições sobre a temática em questão. Porém, quatro são os autores considerados clássicos, e, portanto, imprescindíveis quando se almeja aprofundar esta questão e compreender as diferenças entre tais enfoques. São eles: Karl Marx, Vladimir Ilich Ulianov (Lênin), Karl Kautsky e Alexander Chayanov.

Sacco dos Anjos (2003) adverte, entretanto, que a leitura das obras destes autores deve respeitar as circunstâncias históricas em que as mesmas foram elaboradas. A título de ilustração, por exemplo, o livro *Capital I* de Karl Marx teve sua interpretação pautada, quase que exclusivamente, no caso do capitalismo inglês, sendo erroneamente adotada como instrumento de compreensão universal do capitalismo em toda sua diversidade.

Nesse sentido, os comentários aqui tecidos devem ser vistos no intuito de elucidar certos aspectos de interesse. Não obstante o limite de qualquer revisão de literatura fez-se uso das ideias básicas do pensamento de cada um destes autores, os quais, cada qual a seu termo, trataram sobre as interfaces do que se convencionou chamar de questão agrária. Intui-se que este esforço intelectual, no sentido de resgatar esta temática, seja necessário para compreender os termos do debate atual sobre a agricultura familiar.

O destino do campesinato é, em suma, a controvérsia basilar existente entre os estudiosos da questão agrária. De maneira simplificada, são duas as grandes linhas de raciocínio que tratam desta discussão. Uma fortemente identificada com o pensamento marxista, que atesta a inexorável transição do campesinato à condição de assalariamento, e, portanto, a sua dissolução; e outra que busca explicações para as inúmeras experiências que relatam a persistência desta forma social de produção através do tempo.

Segundo Abramovay (1998), Marx não foi um autor que disponibilizou grandes energias no sentido de compreender a dinâmica do campesinato. Contudo, deve-se considerar que seus escritos continuam contribuindo na compreensão daquilo que foi seu único objeto de estudo: a formação da sociedade capitalista e o surgimento da sociedade urbano-industrial.

Ao tratar especificamente da estrutura de classes na agricultura, a teoria marxista sintetiza “que as leis gerais que regem a agricultura são as mesmas do conjunto da economia e da sociedade capitalista, caracterizadas pela propriedade privada dos meios de produção e de vida, e pelo trabalho assalariado” (Mauro, 1999, p.1). Em outras palavras, Marx entendia que o capitalismo é composto por duas classes essenciais, portadoras de interesses antagônicos: a burguesia e o proletariado.

O setor agropecuário seria uma espécie de substrato dentro do modo de produção capitalista, onde latifundiários e camponeses deveriam ser considerados como resíduos a serem varridos da história com o avanço das forças produtivas. Para este autor, os últimos devem ser vistos como símbolos do arcaísmo, detentores de pouca ou nenhuma consciência de classe, sendo, portanto, incapazes de contribuir no processo revolucionário.

Como ressaltam Wada (1975) e Shanin (1990), Marx - como é comum aos grandes pensadores - ao final de sua vida, foi capaz de refletir criticamente sobre alguns de seus primeiros escritos. Este

exercício levou-o a aceitar a possibilidade de coexistência e de dependência mútua entre as formas sociais capitalistas e não capitalistas, abrindo espaço, deste modo, para uma compreensão menos fatalista sobre o campesinato. Isto revela que a prática de querer engessar o pensamento marxiano sobre esta temática supõe desconhecer a sua importância para os escritos posteriores que o utilizaram como referência.

Entre as obras alinhadas com a concepção marxista que tratava sobre a evolução da agricultura no capitalismo, duas se destacam pela magnitude e repercussão alcançada no meio acadêmico e político. São elas: A questão Agrária de Karl Kautsky (1899) e O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia de Vladimir I. Lênin (1899).

Sacco dos Anjos (2003) reitera que estas duas obras, mesmo apresentando afinidades entre suas interpretações, guardam diferenças significativas entre si pelo fato de partirem de realidades e contextos políticos distintos, pois enquanto Lênin elaborava sua crítica contundente aos limites atinentes à concepção populista russa, Kautsky participava dos conflitos políticos existentes no interior da social-democracia alemã sobre o papel do campesinato na revolução, e seu destino sob a égide do modo de produção capitalista. Portanto, mesmo sinalizando que a proletarização seria o destino final do campesinato, estes autores tinham posições distintas que provocaram divergências entre suas análises.

Em efeito, Lênin (1907), no prefácio da segunda edição de sua obra, reafirma a ideia básica de seus estudos sobre a questão agrária, indicando que a desintegração do campesinato e sua posterior proletarização seriam um processo inevitável na sociedade capitalista. O desenvolvimento na agricultura poderia ocorrer por dois caminhos: o primeiro denominado de “via junker” ocorreria por meio da evolução interna do latifúndio que se transformaria em empresa capitalista. Desse modo, as relações pré-capitalistas de produção, lentamente, converter-se-iam em relações de assalariamento, e, portanto, em relações tipicamente capitalistas.

O segundo caminho, conhecido como “via farmer”, ou via democrática, é aquele em que o surgimento do capitalismo ocorre de baixo para cima, apoiado fundamentalmente num modelo agrário baseado em pequenas propriedades de caráter eminentemente familiar, tal como Lênin mesmo constatou ao conhecer, *in situ*, a trajetória experimentada na porção oeste e setentrional da agricultura norte-americana. Um modelo responsável por impulsionar o desenvolvimento industrial e que contrastava, radicalmente, com a realidade da porção meridional deste país marcada ainda pelos sinais do regime escravocrata e pelas conhecidas *plantations*.

Considerado um marxista ortodoxo, a tese deste intelectual e militante fundamenta, até os dias atuais, os estudos que asseveram a impossibilidade de sobrevivência do campesinato sob o modo de produção capitalista. Seus defensores sustentam a ideia que a lentidão e o fluxo das crises do capital causam uma falsa impressão sobre o fôlego que, supostamente, garantiria a resistência desta forma de produção na atualidade.

Por outra parte, em Kautsky, encontram-se outras contribuições coligadas ao pensamento marxista no que afeta à questão agrária. A ideia central presente na obra seminal deste autor reside no argumento de que

a agricultura não se desenvolve segundo o mesmo processo da indústria. Ela segue leis próprias. Mas isto absolutamente não quer dizer que a evolução da agricultura se coloque em oposição à da indústria e que ambas sejam inconciliáveis. Ao contrário, existem elementos para demonstrar que ambas tendem para o mesmo fim, uma vez que não isoladas uma da outra, podemos considerá-las como parte de um mesmo progresso de conjunto (Kautsky, 1980, p. 28).

A partir deste excerto, vemos evidenciada sua posição acerca das tendências atinentes à evolução da agricultura moderna, consistindo no que ficou usualmente denominado como a tese da industrialização da agricultura.

Sua análise era afinada com o chamado pensamento marxista ortodoxo, segundo o qual o futuro do campesinato seria marcado pela sua inevitável desintegração. Porém, observam-se divergências do ponto de vista deste autor em relação às análises realizadas por Lênin. Para Sacco dos Anjos (2003), o principal contraste entre estes dois autores recai no entendimento sobre o ritmo descontínuo que Kautsky observava neste processo, pois, para ele, haveria a possibilidade de ocorrer uma série de fenômenos intermediários que, de algum ou de outro modo, poderiam protelar o aludido processo de proletarização.

A contenda sobre o entendimento da questão agrária ganharia novos rumos com o surgimento da obra de Alexander Chayanov. Agrônomo e economista, expoente máximo da chamada Escola de Organização da Produção, Chayanov compreendia que sua teoria tinha como tarefa

el análisis de la organización de la actividade econômica de la familia campesina, una familia que no contrata fuerza de trabajo exterior, que tiene una cierta extensión de tierra disponible, sus propios medios de producción y que a veces se vê obligada a emplear parte de su fuerza de trabajo em ofícios rurales no agrícola (Chayanov, 1974, p. 44).

Suas ideias discrepavam frontalmente do raciocínio dos marxistas ortodoxos. O foco de sua abordagem era a compreensão dos mecanismos subjacentes ao processo organizativo do campesinato, sem que isto tivesse implicitamente alguma pretensão de prever o destino final desta forma social de produção.

Nos argumentos de Chayanov, o trabalho do camponês teria como fim último a satisfação das necessidades familiares. Pontes (2005) ressalta que, na teoria deste estudioso da questão agrária, o importante é identificar o ponto no qual o camponês deixa de trabalhar, pois ir além deste ponto significaria um grau de exploração da sua força de trabalho que extrapolaria o atendimento das necessidades familiares. Por isso, para este estudioso de Chayanov, o “núcleo da sua teoria passa a ser o balanço existente entre o consumo familiar e a exploração da força do trabalho” (Pontes, 2005, p.36).

Neste sentido, Pontes (2005) concluiu que o camponês orienta suas iniciativas no intuito de maximizar oportunidades com intervenções voltadas para assegurar o atendimento de suas necessidades, mas sem pretensões de alcançar uma taxa normal de lucro como fariam as empresas capitalistas.

O grande mérito da obra de Chayanov habita no fato de apresentar ao debate questionamentos que recusam a tese de que o avanço do capitalismo necessariamente determinaria a decomposição do campesinato. Até os dias atuais, seus escritos são recorrentemente utilizados como referência para explicar a resistência dos camponeses frente ao processo de proletarização previsto pela ortodoxia marxista como destino final.

O que nos interessa, entretanto, nesta querela, extrapola a mera identificação do destino final do campesinato. Especificamente neste trabalho, recorrer à contribuição dos clássicos da questão agrária teve como objetivo, nortear o debate sobre o lugar da agricultura familiar no contexto do desenvolvimento rural brasileiro.

3. A AGRICULTURA FAMILIAR E O DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL

Entende-se que todo esforço intelectual realizado por autores contemporâneos no intuito de atualizar os estudos realizados por Chayanov e pelos denominados marxistas clássicos, não deva

representar o abandono das teses elaboradas por estes teóricos, visto que as ideias contidas em suas abordagens são fundamentais para compreendermos o debate atual sobre a persistência da agricultura familiar no processo de aprofundamento do capitalismo no campo.

Deponti (2007), ao analisar comparativamente as teorias que sustentam este debate, concluiu que, além da visão marxista clássica, existem duas outras perspectivas que situam o papel da agricultura familiar na atualidade. São elas: a perspectiva camponesa e a perspectiva neomarxista. Neste trabalho, a autora identificou que,

para a perspectiva neomarxista, o lugar da agricultura familiar na sociedade contemporânea precisa ser reconhecido pela sociedade e pelo Estado, necessitando de políticas públicas que assegurem sua reprodução. [...] E a perspectiva camponesa dedica-se ao estudo do agricultor familiar como um personagem que, embora tenha capacidade de resistência e adaptação aos novos contextos econômicos e sociais, não está despido de seus traços camponeses, encontrando-se revestido de suas raízes e tradições (Deponti, 2007, p.1).

Ressalta-se que os *campesinistas*, ao estudarem as particularidades daquilo que se convencionou chamar de traços camponeses, recorreram, em vários momentos, a trabalhos clássicos que apregoavam o fim do campesinato. Dentre eles, destacamos o respeitado ensaio realizado por Mendras (1978), cuja conclusão sugeriu que a sociedade camponesa pode ser definida por cinco características básicas: a) a autonomia relativa com respeito à sociedade como um todo; b) a importância estrutural do grupo doméstico; c) um sistema econômico de autarquia relativa; d) uma sociedade de inter-relacionamentos e e) a função decisiva das personalidades de prestígio que estabelecem uma ligação entre a sociedade local e a sociedade geral.

Cabe ressaltar que esta definição traz apenas elementos básicos do nomeado camponês tradicional que se transforma, paulatinamente, pelo avanço do capitalismo no campo. Wanderley (2009) chama atenção para o fato de que é o processo de modernização que converte este camponês em agricultor, originando, nessa perspectiva, duas vertentes de análise sobre os rumos do campesinato. Uma caracterizada pela perspectiva evolutiva, onde o camponês seria um objeto historicamente ultrapassado; e outra com atributos que apostam numa continuidade entre o agricultor familiar e o camponês.

Numa espécie de meio termo entre estas duas posições, a mesma autora defende a hipótese de que, “mais do que propriamente uma passagem irreversível e absoluta da condição de camponês tradicional para a de agricultor familiar “moderno”, teríamos que considerar, simultaneamente, pontos de ruptura e elementos de continuidade entre as duas categorias sociais” (Wanderley, 2009, p.189;).

É nestes termos que se apoia o importante trabalho coordenado por Lamarche na década de 1990. Nesta pesquisa, realizou-se uma comparação internacional sobre a organização dos agricultores familiares de cinco países (Brasil, Tunísia, França, Canadá e Polônia). Uma das grandes conclusões deste estudo, considerado como referência para a grande maioria dos trabalhos acadêmicos dedicados à compreensão da agricultura familiar, é no sentido de afirmar “que toda exploração camponesa é de caráter familiar, mas, ao contrário, nem todas as explorações familiares são de caráter camponês” (Lamarche, 1993, p.16).

Para os *campesinistas*, esta observação contribui para desobstruir a confusão teórica existente entre estudos rurais que não conseguem enxergar as continuidades e descontinuidades existentes entre a agricultura familiar e o campesinato. Em contraponto a esta interpretação, encontramos, em análises realizadas pelos denominados neomarxistas, um rompimento com a tese que condiciona a resistência da agricultura familiar na sociedade contemporânea à persistência das características constitutivas do campesinato.

Para Abramovay (1998), um dos autores que apregoam este rompimento, a agricultura familiar encontra-se inteiramente despojada de seus traços camponeses ancestrais, embora, em alguns casos, possa resultar da evolução de formas camponesas, porém distingue-se dessa forma social pela inserção num ambiente marcadamente capitalista que aniquila, irremediavelmente, a produção camponesa.

Na mesma linha de raciocínio, Jean (1994) sinaliza que a agricultura familiar contemporânea - ao contrário das explorações camponesas - seria uma produção do próprio desenvolvimento da economia capitalista, e mesmo não sendo uma criação do Estado, existiria por força da atuação desta instituição.

Estas observações, que praticamente anulam a possibilidade de sobrevivência dos traços camponeses na atualidade, tiveram grande repercussão no meio acadêmico. Talvez por isso o uso do termo agricultura familiar, comparativamente ao vocábulo campesinato, seja cada vez mais comum nos documentos que orientam as políticas públicas de desenvolvimento rural e as abordagens sobre o mundo rural brasileiro.

Lembremos, entretanto, que o termo “agricultura familiar” é recente na tradição sociológica. Sua origem remonta à situação vivenciada pela agricultura norte-americana a partir da década de 1940, e depois difundida, em nível mundial, naquilo que, como vimos anteriormente, Lênin chamou de “via farmer”.

Zander Navarro, numa tentativa de discutir a origem dessa noção, assevera que a agricultura familiar

apresenta uma trajetória que pode ser conformada em duas histórias interpretativas distintas e principais, ambas se concretizando no período contemporâneo. Uma é norte-americana e apresentou grande desenvoltura analítica entre os anos 1950 e meados dos anos de 1980. A outra é uma via europeia, continente onde a produção agrícola sob gestão familiar recebeu o interesse dos cientistas sociais antes mesmo de a expressão agricultura familiar passar a ser usada com maior frequência, o que somente ocorreu em um período mais recente, a partir dos anos 1980 (Navarro, 2010, p.189).

Este resgate é fundamental para que possamos compreender que a diversidade da agricultura familiar não se resume simplesmente à questão da organização da sua produção. É salutar advertir que existem concepções ideológicas por trás desta terminologia e da historicidade que a acompanha, fato que, ao fim e ao cabo, contribui para elucidar certas opções que orientam as ações governamentais das autoridades do país via políticas públicas.

No Brasil, esta diversidade da agricultura familiar é também uma característica marcante. Na literatura disponível no país que trata sobre esta temática, identifica-se que são múltiplas as interpretações que buscam situar a condição da agricultura familiar no debate referente ao desenvolvimento rural.

“O Desenvolvimento Agrícola: uma visão histórica” e “Paradigmas do capitalismo agrário em questão”, escritos respectivamente por José Eli da Veiga (1991) e Ricardo Abramovay (1992), são consideradas obras referenciais deste debate. A ideia básica destes estudos é de que a agricultura familiar poderia se tornar um elemento potencializador do dinamismo econômico no país, sendo que, para tanto, a política agrícola brasileira deveria priorizar as formas de produção de gestão familiar por representar o tipo social predominante das áreas rurais no país.

Outro importante trabalho destinado a mostrar o relevo que a agricultura familiar assumiu no Brasil consiste no relatório elaborado em 1994 pelo convênio FAO/INCRA. Neste documento, são apresentadas duas importantes observações que, por certo, contribuiriam para afirmação da agricultura familiar no país: a primeira descreve “[...] uma caracterização do potencial de desenvolvimento da

agricultura familiar no Brasil e uma delimitação do público alvo das políticas recomendadas”. A segunda observação indica “[...] um elenco de sugestões de medidas de política agrária e agrícola que engendrarão a opção pela agricultura familiar como linha estratégica de desenvolvimento rural” (FAO/INCRA, 1994, p. 1).

Vilela (1997), seguindo outra lógica de raciocínio, identifica que as políticas públicas gestadas no Brasil são fortemente influenciadas pelos documentos elaborados pelas instituições multilaterais. Para este pesquisador, as ações recomendadas nos anos 1990 pelo Banco Mundial para o campo brasileiro contribuíram, significativamente, para que a noção agricultura familiar fosse acolhida pelas ações públicas relacionadas ao desenvolvimento rural do país. Ao analisar o relatório elaborado em 1993 pela instituição supracitada, intitulado “Brasil: o gerenciamento da agricultura, do desenvolvimento rural e dos recursos naturais”, Vilela identificou uma forte relação entre as teses apregoadas pelo Banco Mundial e as políticas públicas implementadas no Brasil e, efetivamente, pautadas na defesa dos atributos da agricultura familiar.

Alguns estudiosos, como Fernandes (2003), vão além desta interpretação e sustentam a ideia que a utilização deste termo tem assumido, no Brasil, um viés de conotações fortemente ideológicas ao tentar excluir do debate conceitos referenciais (camponês, lavrador, trabalhador rural, etc.) presentes na questão agrária brasileira.

Outra importante análise foi elaborada por Germer (1996) que, ao estudar as duas principais escolas de análise da agricultura familiar, afirma que na interpretação norte-americana - de pouca influência da literatura marxista - apostava-se no potencial dos denominados *farmers*, por serem estes considerados como protótipos do pequeno capitalista empreendedor, agressivo e inovador. Por outro lado, a via europeia, cujo território foi profundamente marcado pela origem camponesa, construiu-se numa concepção de agricultura familiar centrada na busca de soluções voltadas à garantia desta forma de produção no contexto das transformações geradas pela expansão do capitalismo no campo.

Pautadas nestas análises, mais recentemente, outros fatores passaram a ser apontados como decisivos para que a agricultura familiar assumisse posição relevante, principalmente na esfera governamental. Para Schneider (2004), por exemplo, um dos elementos que contribuíram para a afirmação desta realidade foram as ações desenvolvidas pelo movimento sindical dos trabalhadores rurais ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) que direcionou suas lutas e reivindicações para a chamada “reconversão e reestruturação produtiva” dos agricultores familiares.

Anjos e Caldas (2009), ao abordarem a emergência da agricultura familiar no Brasil, afirmam que a conjuntura do país nos anos noventa retratava um período de abertura econômica, com profunda integração regional e amplas mobilizações dos movimentos sociais em torno dos financiamentos públicos para as atividades agrícolas. Para estes estudiosos, tais fatores, juntamente com o interessante debate em torno da experiência da Política Agrícola Comum (PAC) europeia – responsável pelo incremento exponencial da produção agrícola no velho continente – suscitaram, em nosso país, um interesse renovado por uma política agrícola centrada na exaltação dos traços que identificam o que se passou a chamar de agricultura familiar.

Todas as variáveis supracitadas foram fundamentais para que a expressão em destaque se consolidasse em definitivo no país, pois, até então, a realidade retratava que a agricultura familiar teria sido “historicamente relegada no Brasil, sendo politicamente excluída do acesso a recursos públicos e, não raro, questionada quanto a sua relevância social e econômica” (Aquino & Schneirder, 2010, p. 1).

Nesse sentido, cabe frisar que “embora tardiamente, se comparada à tradição dos estudos sobre esse tema nos países desenvolvidos, a emergência da expressão agricultura familiar emergiu no contexto brasileiro a partir de meados da década de 1990” (Schneider, 2003, p.99).

Ressalta-se que, neste período, a incorporação desta terminologia ao debate sobre o desenvolvimento rural brasileiro contribuiu na elucidação dos limites e contradições do modelo

adotado pela agropecuária nacional, claramente referenciado nas práticas da denominada revolução verde (sementes selecionadas, fertilizantes, rações e medicamentos para animais, tratores, etc.).

De acordo com Graziano da Silva (1993), este modelo foi incorporado no meio rural brasileiro a partir dos anos 1960 com a propagação do discurso da modernização. Para este autor, a ideia básica desta concepção seria introduzir uma perspectiva desenvolvimentista centrada única e exclusivamente no aumento da produtividade e da rentabilidade dos fatores de produção no espaço agrário brasileiro. Para tal efeito, apontava-se a necessidade do aumento da produção agrícola no país, indicando que somente a substituição dos meios de produção tradicionais por máquinas e insumos de origem industrial reverteria o atraso secular do mundo rural brasileiro.

As principais consequências observadas no campo brasileiro, após a implantação deste modelo, revelam, entretanto, que, ao mesmo tempo em que ocorreu um aumento significativo da produtividade agrícola, aconteceu um profundo agravamento das condições de vida dos trabalhadores rurais e das oportunidades dos pequenos produtores no país. Neste sentido, o autor supracitado adotou o termo “*modernização dolorosa*” (Graziano da Silva, 1982) como sendo o mais apropriado para descrever este processo que anteriormente havia sido denominado por Guimarães (1977) como modernização conservadora.

Masselli (1998), em estudo realizado sobre esta etapa do desenvolvimento rural brasileiro, apresentou, com detalhes, as implicações da chamada modernização conservadora. Para esta pesquisadora:

se por um lado a modernização da agricultura determinou a elevação da produção e da produtividade agrícola, por outro acentuou as desigualdades estruturais que o desenvolvimento do capitalismo no campo assumiu no Brasil, o que agravou a questão agrária, produzindo resultados perversos do ponto de vista das suas implicações sociais. A razão é que, para financiar o desenvolvimento industrial, não houve por parte do Estado uma intenção de modernizar genericamente a agricultura. Decidiu-se privilegiar alguns produtos (de exportação) em detrimento de outros (de subsistência), algumas regiões (Centro-Sul) em prejuízo de outras (Norte e Nordeste), algumas fases do ciclo produtivo (preparo do solo, plantio) em desfavor de outras (colheita). À ideia de modernizar a agricultura associaram-se as de conservar (e até mesmo acentuar) a concentração de terras e da renda e a de manter as arcaicas relações de trabalho no campo (Masselli, 1998, p.37).

É neste contexto desfavorável, de agravamento dos problemas vivenciados pelos trabalhadores rurais do país, que a agricultura familiar começou a se destacar entre os estudiosos do mundo rural no Brasil, repercutindo significativamente no debate sobre o desenvolvimento rural brasileiro.

4. CONCLUSÃO

Os cenários descritos nos capítulos deste artigo revelam dois aspectos importantes à compreensão do espaço agrário brasileiro, são eles: 1) a existência de uma diversidade de conceitos e interpretações sobre a temática da questão agrária e 2) a evidente emergência da agricultura familiar no país a partir dos anos de 1990. Utilizando como referência estas duas observações, o trabalho constatou que, se por um lado a agricultura familiar tem conseguido nas últimas décadas a atenção merecida no debate sobre o desenvolvimento rural brasileiro, por outro, observa-se que a heterogeneidade conceitual tão necessária à compreensão da dinâmica do espaço rural tem sido relegada a um segundo plano nesta mesma discussão.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abramovay, R. (1998). *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. (2ª. Ed). Campinas: Editora da UNICAMP/HUCITEC.
- Chayanov, A. V. (1974). *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- Deponti, C. M. (2007). Teoria social e o lugar da familiar na sociedade contemporânea: estudo analítico-comparativo das contribuições brasileiras ao debate. *XLV CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL*. Londrina (PR): Universidade Federal do Paraná.
- FAO/INCRA. (1995). *Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável*. Resumo do Relatório Final do Projeto UTF/BRS/036. Brasília: 1995. 24p.
- Fernandes, B. M.(2003). Espaço agrário de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. *Currículo sem Fronteiras*, 3, 11-27.
- Germer, C. (1996). *A irrelevância prática da agricultura "familiar" para o emprego agrícola*. Manuscrito não publicado.
- Graziano da Silva, J. (1993). *A industrialização e a Urbanização da Agricultura Brasileira*. São Paulo: Perspectiva.
- Graziano da Silva, J. (1982). *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Jean, B. (1994). A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. In: *Cadernos de Sociologia*, 6, 51-75, 1994.
- Kautsky, K.(1980). *A questão agrária*. (3ª. Ed.). São Paulo: Proposta editorial.
- Lênin, V. I. (1985). *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para grande indústria*.(2ª. Ed.) São Paulo: Nova cultural.
- Masseli, M. C. (1998). *Extensão entre os Sem-Terra*. São Paulo: UNIMEP.
- Mauro, R. A. (1999). *A estrutura de classe na agricultura brasileira*. TCC (Graduação em Economia) Faculdade de Economia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- Mendras, H.(1978). *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Navarro, Z. (2010). A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas. *A agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica*. (pp. 185-207).
- Pontes, B. M. S. (2005). A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx. *Revista NERA*, 7, 35-47.

Sacco dos Anjos, F. & Caldas, N.V. (2009). Crédito agrário y agricultura familiar em Brasil. Análisis de la morosidad em la aplicación Del Programa nacional de fortalecimiento de La agricultura nacional. *Revista Fomento Social*, 64, 793-816.

Sacco dos Anjos, F. (2003). *Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil*. Pelotas: EGUFPEL.

Schneider, S. et al. (2004). Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. *Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar)*.

Schneider, S. (2003). Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *RBCS*, v. 18, n. 51.

Shanin, T. (1990). *El Marx tardio y La via rusa : Marx y La periferia Del capitalismo*. Editorial revolucion, S.A.L.

Veiga, J. E. (1991). *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. São Paulo: Editora da USP/HUCITEC.

Vilela, S. L. O. (1997). Qual política para o campo brasileiro? (Do Banco Mundial ao PRONAF: uma trajetória de um novo modelo?). *Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural XXXV SOBER*, Natal: Universidade Federal do rio Grande do Norte.

Wada, H. (1975). *Marx y La Rusia revolucionaria*. Manuscrito não publicado.

Wanderley, M. N. B. (2009). *O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: Editora UFRGS.